



CONGRESSO MUNDIAL DO LAICADO DOMINICANO

Buenos Aires, Argentina,
de 17 a 24 de Março de 2007

RELATÓRIO

Por Gabriel Silva OP



CONGRESSO MUNDIAL DO LAICADO DOMINICANO

Buenos Aires, Argentina, de 17 a 24 de Março de 2007

RELATÓRIO

1. Introdução

a. Precedentes e enquadramento

Quando em 1999 o então Mestre Geral Fr. Timothy Radcliffe nomeou Fr. Jerry Stookey como Promotor Geral do Laicado Dominicano, pediu-lhe – tal como já tinha sido solicitado pelo Capítulo Geral dos frades – , que ajudasse o Laicado Dominicano de todo o mundo a organizar-se, por forma a ser um ramo que dispusesse de uma estrutura representativa e funcional a todos os níveis: local, provincial, regional e internacional.

Defendeu-se na altura que, depois do momento de renovação que tinha sido a elaboração e aprovação da Regra em 1985, subsistiam, um pouco por todo lado, dificuldades e insuficiências de organização. Tal realidade impedia uma comunicação fraterna, dificultava a renovação e mesmo o cabal cumprimento da missão dos leigos dominicanos: a PREGAÇÃO.

Evidentemente, a situação era muito diferenciada, consoante as regiões. Províncias havia que funcionavam de acordo com a Regra há muitos anos. Tinham conselhos locais devidamente estabelecidos, Conselhos Provinciais eleitos e eficazes. E mesmo em duas regiões – América do Norte e Europa (ECDLF), existiam já Assembleias representativas das diferentes províncias desses continentes com Estatutos, e Conselhos eleitos e permanentes. Por outro lado, em muitas Províncias não havia nem Conselhos, nem Directórios, avolumando-se os mais diversos problemas e sendo difícil coordenar o que quer que fosse.

Em 2001, o actual Mestre Geral Fr. Carlos Azpiroz deu posse ao primeiro Conselho Internacional das Fraternidades Leigas Dominicanas (ICDLF), pois que existam já dois delegados eleitos (Europa e América

do Norte), sendo na ocasião nomeados representantes dos restantes continentes (África, América Latina e Ásia/Pacífico) que ainda não dispunham de Conselhos eleitos.

Este Conselho, devidamente previsto na actual Regra (nº22 b), iniciou de imediato funções, tendo em 2004 decidido convocar para 2007 um Congresso Mundial do Laicado Dominicano.

b. Da realidade do Laicado dominicano

O Conselho Internacional, sendo composto por leigos, cada um representando o seu continente, não dispõe de um secretariado de apoio, nem de uma sede, nem de um serviço de comunicações. Aliás, nem o Conselho Internacional, nem sequer o Promotor Geral. Este utiliza instalações cedidas pelo Mestre Geral, em Santa Sabina. Sala essa que serve igualmente de apoio a outros organismos internacionais da Ordem, como seja o Movimento Juvenil Internacional e o Serviço de Voluntariado Internacional.

Por vezes, como foi relatado, a sala é usada para outros fins, apesar da boa vontade sempre demonstrada pela Cúria Dominicana em facilitar a auxiliar o serviço de apoio ao Laicado Dominicano. O Promotor Geral apenas tinha uma pessoa a secretariar 3 vezes por semana e a meio tempo, o que se afigura totalmente insuficiente. Fosse para dar resposta á inúmera correspondência, traduzir em diversas línguas as comunicações e documentos, manter contacto com as dezenas de Províncias, Conselhos e regiões, ou sequer fazer um levantamento exaustivo da situação do Laicado Dominicano (quantos somos, onde estamos, quem são conselhos, contactos, directórios, etc.).

c. Preparação

Apesar de todas estas dificuldades, o Conselho Internacional, com o apoio do Promotor Geral, levou por diante a organização do Congresso, exactamente, por entender ser o mesmo relevante como forma de vir a resolver algumas destes constrangimentos.

O Conselho reúne regularmente apenas duas vezes por ano, e mesmo assim, sempre com dificuldades, fossem estas económicas, fossem decorrentes da dificuldade de coordenar a disponibilidade/viagens de cada conselheiro. Mas, atendendo aos actuais meios de comunicação,

nomeadamente o email (correio electrónico) e a recente possibilidade do telefone por Internet, as comunicações foram sendo possíveis de ser estabelecidas com base em alguma regularidade.

Tendo a Província da Argentina disponibilizado-se para receber o Congresso, e tendo a mesma meios humanos e instalações adequadas, esta movimentou-se e envolveu-se de forma entusiástica na preparação do Congresso, o que certamente muito contribuiu para se conseguir a sua efectiva realização.

De igual forma, muito contribuíram várias Províncias, através do suporte financeiro e material.

O Conselho Internacional recorreu ainda ao apoio de algumas Fundações ligadas á Igreja e ao patrocínio, por forma a obter os meios necessários.

2. O Congresso

a. o local

Atendendo ao exposto anteriormente, o grande sinal que se pode retirar desde logo do Congresso foi a sua própria concretização. Isto é, o facto de ter ocorrido, ter sido decidido, preparado, apoiado e concretizado pelos leigos dominicanos - e contando com diversos apoios -, será certamente um elemento fundamental da nossa actual realidade. E certamente merece toda a nossa admiração e especial agradecimento.

Estiveram presentes representantes de 56 Províncias, Vicariatos e países, de um total de 77 possíveis de participar. Tal é um número muito significativo, que desde logo dá uma legitimidade acrescida ao Congresso. É igualmente sinal do modo relevante como os leigos dominicanos por todo o mundo encararam a importância deste evento.

O apoio dos leigos e da Família Dominicana da Argentina foi bem visível, ao nível das pessoas disponíveis para auxiliar com os transportes (do aeroporto para o local do Congresso), apoio na confecção de refeições, limpeza, animação litúrgica, tradução simultânea, secretariado (que envolvia um grande número de cópias de documentos, e constantes traduções), loja de recordações, livro de liturgia, decoração dos locais, recepção, serviço de assistência médica, etc., etc.

O local onde decorreu o Congresso é um Centro de Retiros/Seminário da Diocese de Buenos Aires, situado a cerca de 60 km do centro da capital, em local bastante isolado e rodeado por muitos hectares de zonas verdes e de repouso.

Infelizmente, as condições climatéricas – bastante calor e ar húmido, chovendo por vezes), levou a que excepcionalmente, existisse uma praga de mosquitos, o que ocasionou que fosse literalmente impossível - e durante toda a semana -, sairmos do recinto. Não se aguentava um minuto fora das instalações, pois que mosquitos com um tamanho de 2 centímetros tentavam «*comer-nos*» vivos!

Sucedeu até que, devido a estarmos permanentemente em recinto fechado e pouco arejado, e estando um delegado visivelmente engripado – o Mestre Geral! – rapidamente o vírus da gripe atacou vários delegados que, como moscas, foram caindo de cama, necessitando mesmo de intensos cuidados médicos. Felizmente, havia uma equipa médica devidamente preparada, bem como vários delegados leigos médicos, pelo que todos os doentes foram carinhosa e adequadamente tratados.

Aquele Centro de Retiros tem excelentes facilidades, sendo o local onde normalmente decorre a Assembleia da Conferência Episcopal Argentina. Tem amplos refeitórios, uma excelente sala para a assembleia, com microfones individuais, e os quartos, servidos por elevadores, eram simples mas simpáticos, com quarto de banho individual.

b. Dos participantes

Havia, como dissemos, 56 delegados, sendo 6 de África, 20 da Europa, 8 de América do Norte, 10 de América do Sul, 5 de Ásia-Pacífico e 7 da América Central e Caribe.

Estiveram presentes durante todo o Congresso o Mestre Geral, o Promotor Geral cessante, Fr. Jerry Stookey, o novo Promotor Geral Fr. David Kammler e o Provincial da Argentina.

Assinalo que estes últimos apenas fizeram intervenções iniciais, de boas vindas e no último dia, de despedida, agradecimento e saudação.

Estiveram connosco ainda 4 frades, uma irmã religiosa e 3 leigos que se disponibilizaram para servir de tradutores nas 3 línguas em que decorreu o Congresso: francês, inglês e espanhol. De salientar que estes tradutores participaram apenas enquanto tal, embora dessem

igualmente apoio e orientaram em grande parte a liturgia e animação musical.

c. Da liturgia

Pela manhã, e antes do pequeno-almoço, havia uma Oração de Laudes. A cada dia, e rotativamente, era a mesma realizada numa das 3 línguas, sendo que a reflexão da Palavra era da autoria de um leigo desse grupo linguístico.

Ao final da tarde havia eucaristia, também rotativamente numa das línguas oficiais, sendo que cada grupo preparava as leituras, as orações e os cânticos.

Todos tínhamos um livro de liturgia, o qual continha todas as orações e cerimónias litúrgicas, nas 3 línguas, o que permitia de alguma forma que todos pudéssemos acompanhar devidamente na língua que nos fosse mais fácil (natural ou secundária), sem perda de envolvimento pessoal.

d. Dos temas

Antes do Congresso, cada delegado indicou em que grupo de trabalho preferia participar, existindo 6:

- 1) Pregação e oração
- 2) Estudo e formação
- 3) Governo: Regra e estatutos
- 4) Organização e Estrutura
- 5) Finanças e Economia
- 6) Presença dos Leigos na Família Dominicana e na Igreja

A forma de trabalhar Adoptada foi a seguinte:

- cada grupo tinha um coordenador, que era por inerência um dos membros do Conselho Internacional e um secretário/a escolhido por consenso;

- foi feita uma pré-selecção de sub-temas a partir dos inquéritos que as Fraternidades de todo o mundo enviaram (embora em diminuto número);

- após discussão, se existissem propostas, as mesmas eram votadas em comissão e se aprovadas, posteriormente redigidas para apresentação à Assembleia;

Pessoalmente, indiquei 3 hipóteses, preferindo o grupo 3) por me parecer mais estrutural. E consegui ficar nesse grupo de trabalho. No entanto, muitos delegados não conseguiram ficar no grupo da sua escolha, uma vez que por razões práticas, nomeadamente por não existirem tradutores em número suficiente, foi necessário realizar arranjos, de modo que os grupos tivessem alguma homogeneidade linguística, tentando-se não perder a diversidade geográfica.

A diversidade geográfica do grupo 3) onde estive ficou assegurada: Guatemala, Honduras, Brasil, Uruguai, Inglaterra, Itália (2), Lituânia e Portugal, mais um convidado, um especialista italiano em direito canónico.

No meu grupo, tínhamos pessoas de língua espanhola, inglesa, uma brasileira que só falava português e entendia francês, e uma italiana que também só falava a sua língua nativa, assim como o especialista canónico que além do italiano falava...francês.

Como se pode imaginar, a confusão e o desperdício de tempo foram grandes, pois que apesar de não ser um grupo numeroso, sempre que alguém dizia alguma coisa era necessário traduzir uma ou duas vezes.

Também a forma de trabalho não foi a mais feliz. Com efeito, a organização tinha seleccionado 6 sub-temas:

a) a nossa identidade (relativa ao nome: Fraternidade, comunidade, capítulo ou irmandades), pois que em várias partes do mundo se continuavam a utilizar diferentes nomenclaturas;

b) se se poderia usar a sigla OP, junto ao nome, ou se a mesma deveria ser OPL;

c) pedia-se que se uniformiza-se as diferentes expressões previstas na Regra: promessa, profissão compromisso, para uma só;

d) que fosse esclarecido o termo «*presidente*» referente á presidência provincial das fraternidades por parte do Prior provincial; e) se os leigos poderiam ser poderá ser promotor provincial;

e) dispensa e saída da Ordem, solicitando-se que fosse previstas as formas respectivas;

f) se os leigos poderiam ser promotores/assistentes locais;

Tais sub-temas teriam resultado de uma selecção dos mais frequentes de entre as respostas enviadas pelas Fraternidades.

Devo dizer que esta forma e agenda de trabalho foi de imediato contestada, uma vez que, nem os delegados tinham sido informados previamente sobre estes sub-temas (por forma a se prepararem), nem, agora ali presentes, se entendia, pelo menos unanimemente, que os mesmos fossem os mais relevantes.

No entanto a presidência do grupo foi inflexível, e manteve a ordem de trabalhos, sob o argumento que tal ordem de trabalhos tinha resultado da auscultação das Fraternidades, sendo os temas mais requeridos e não devendo nós defraudar essas expectativas.

Foram dois dias inteiros de trabalho árduo, com grandes discussões, problemas de tradução (por duas vezes foram substituídos os tradutores oficiais, por exaustão...), pois que sendo assuntos concretos, sempre esbarrávamos em problemas de tradução, de cultura local, diferentes tradições e realidades. A tudo isso acresciam as intervenções técnicas do consultor canónico, que nos tentava elucidar se o que se pretendia era possível face à legislação da Ordem e Canónica.

Por graça de Deus, o Mestre Geral, na sua ronda por todos os grupos, apareceu no nosso grupo num momento chave, e em vez dos 15 minutos da praxe, fico connosco, 2 horas e meia. Foi, pode-se dizer, a salvação do trabalho daquele grupo. Com efeito, usando a sua experiência como Mestre Geral e simultaneamente a de canonista que também é, esclareceu que face á actual situação político/religiosa na Santa Sé, dificilmente as alterações que se pretendiam seriam aceites. Pior do que isso, dando-se tal oportunidade de mudança, a ocasião poderia ser aproveitada para outras alterações não previstas, nem desejadas....

Assim, sugeria, que algumas das questões que já tínhamos abordado, fossem, ao invés, transformadas em solicitações a ele mesmo, como

Mestre Geral, solicitando-se esclarecimento, o qual pode ser realizado mediante Declarações Gerais. Dessa forma se evitariam incómodos de outra natureza, nomeadamente, sem necessidade de se passar pelo «crivo» da Santa Sé.....

Após esse momento, conseguiu-se produzir um documento final, com sugestões a serem votadas pela Assembleia.

Concluiu-se ainda que grande parte das sugestões e questões levantadas, nem sequer deveriam ser introduzidas na Regra, mas com facilidade, poupança de tempo e flexibilidade, podiam e deveriam ser introduzidas nos Directórios de cada Províncias se assim o entendessem.

Também se discutiu e aprovou na generalidade o Estatuto do ICDLF, elemento fundamental para o futuro próximo de todas as Fraternidades. Tal documento surgiu sob a forma de proposta do próprio ICDLF e foi elaborado pela Patrícia Robinson, que no vigor dos seus 86 anos de idade deu mais um importante contributo ao Laicado Dominicano, à semelhança do que já anteriormente tinha feito com os estatutos do ECDLF e da própria Regra de 1985.

e) da Assembleia plenária

Nos dois dias finais, cada grupo apresentou em Assembleia plenária as suas conclusões, sendo as mesmas discutidas e votando-se as respectivas propostas.

Após um período de alguma confusão relativamente ao método de votação e discussão, derivado de alguns dos membros do Conselho Internacional não terem experiência na condução de assembleias, a situação resolveu-se terminando-se com o sistema inicialmente adoptado de presidências rotativas e aceitando-se que fosse a Teresita, da Argentina, a presidir às sessões restantes, tanto mais que a mesma foi membro do Parlamento argentino, tendo a necessária preparação pessoal e técnica.

Nem por isso, evidentemente se evitaram os momentos de tensão e forte discussão, mas que são próprios de Assembleias em que as pessoas estão envolvidas no que lhes diz respeito, em que todos são iguais, em que não há hierarquias, nem delegados de primeira ou de segunda, facilitado por existir sistema de tradução simultânea, o que

sempre dava um outro á vontade e espontaneidade a cada interveniente.

Devo referir que em todo o Congresso, e com excepção do apontamento atrás indicado, nem o Promotor Geral, nem o Mestre Geral fizeram qualquer intervenção, para além das boas vindas, e discursos de despedida. O Congresso, para o bem e para o mal, foi inteiramente produzido, conduzido e participado pelos leigos. O que é assinalável, de qualquer forma.

f) das conclusões

Não estando, no momento em que redigo este relatório, ainda finalizadas e traduzidas as Actas finais, passo a indicar, os pontos principais para cada um dos temas/grupos que foram discutidos e aprovados pela Assembleia plenária, com base nos apontamentos que possuo:

1) Pregação e oração

Realizar um processo sistemático de escuta aos grupos que existem em nosso redor e realizar um plano operacional de pregação e pastoral a eles dirigidos;

Viver criativamente o nosso carisma laical e dominicano, fazendo uso das novas formas de comunicação;

Criar grupos que possam transmitir e inovar a tradição de oração da Ordem, nomeadamente a oração comunitária;

2) Estudo e formação

Que cada Província tenha um programa de formação escrito e operacional, desenvolvido pelos leigos dominicanos;

Que o programa contenha os ensinamentos referentes á essência da fé católica, espiritualidade dominicana, os 4 pilares da vida dominicana, a vida de S. Domingos e santos da Ordem, a Regra e o Directório, a escritura e os símbolos dominicanos;

3) Governo: Regra e estatutos

Recomenda-se que por intermédio de Declarações Gerais se utilize comumente a designação de Fraternidades Leigas de São Domingos; que se utilize normalmente o termo «*promessa*» para o compromisso temporal ou perpétuo de cada leigo; que o termo «*preside*» (regra 20 a), se refere no sentido genérico e não executivo; que o Promotor Provincial, onde se refere «*irmão/irmã*» seja entendido como incluindo monjas e leigos; e que o mesmo Promotor Provincial não tenha direito de voto; que o Promotor local/assistente religioso, onde se diz «*irmão/irmã*» seja entendido como podendo incluir as monjas e os leigos,

Demissão: quando um leigo deseje ser dispensado das suas promessas, deverá apresentar o seu pedido ao Conselho local, e este levará o caso ao Prior Provincial, que decidirá;

Exclusão: Que o Prior Provincial, a pedido do Conselho da Fraternidade tem autoridade para demitir os membros leigos em caso de não comunhão com a Igreja e escândalo público, garantindo-se o direito de defesa e apelo para o Mestre Geral;

Aprovaram-se os estatutos do *Conselho Internacional dos Leigos Dominicanos*, com alterações, as quais serão incluídas em redacção final pelo IECDLF;

4) Organização e Estrutura

Propôs-se a adopção de uma terminologia comum, nomeadamente: «*leigo dominicano*», como os leigos membros da Ordem, sendo que o termo «*dominicano*» designa o que somos e o termo «*leigo*» o tipo de dominicano;

«*OP*» como a designação para todos os dominicanos professos;

«*comunidade*» como o nome dos nossos, grupos, expressando o desejo de vida fraterna entre irmãos e irmãs;

«*grupo*» para as comunidades em formação;

«*concelhos*» para as estruturas de governo;

«*promotor provincial*» como o frade, irmã, leigo que é o elo de ligação entre os leigos dominicanos e os outros ramos da Ordem;

«*assistente religioso*» como o dominicano, frade, irmã, leigo ou outra pessoa, aprovado pelo prior provincial que servirá como apoio da comunidade leiga dominicana;

«*presidente*» como o líder leigo da comunidade, presidente é o termo utilizado na versão latina da Regra e descreve correctamente o seu papel;

Estar abertos a todos quantos não podem, por razões pessoais, fazer as promessas e ser membros integrais da Ordem, para que possam participar em diferentes formas na vida das comunidades locais;

As comunidades leigas dominicanas deverão apreciar e saudar os novos grupos de leigos dominicanos por forma a partilhar e ser mais frutífera a nossa vocação comum de pregadores;

Que se utilize a Internet como forma de pregação e que seja criado uma comissão internacional para realizar o inventário de todos os recursos já disponíveis para os interligar e disponibilizar a toda a família Dominicana;

5) Finanças e Economia

Incluir uma secção especial sobre economia e finanças nos Estatutos do Conselho Internacional;

Que seja criado um Secretariado permanente dos leigos dominicanos em Roma, com a contratação de um/a secretário/a;

Que o ICDLF seja suportado e apoiado financeiramente por cada irmão/irmã de cada comunidade leiga;

As contribuições anuais serão fixadas em euros e actualizadas face à inflação italiana;

A contribuição anual será paga adiantadamente cada ano, devendo a primeira, referente ao ano de 2008, ser paga até 31 de Dezembro de 2007;

Cada ano serão apresentadas as contas auditadas por entidades independentes;

As comunidades locais enviarão os seus contributos para os conselhos provinciais que as remeterão ao ICDLF;

Aprovou-se, de entre 3 diferentes propostas, o orçamento inicial do ICDFL e respectiva repartição de contribuições, por continente;

6) Presença dos Leigos na Família Dominicana e na Igreja

Não tenho de momento qualquer apontamento sobre as conclusões deste grupo;

g) Do convívio

As refeições, os tempos livres entre as diferentes actividades e os espaços e momentos de convívio organizados, são, não apenas alturas mais relaxadas, como constituem o verdadeiro «*sumo*» deste tipo de encontros.

Não que sejam «*verdadeiros*» momentos de descontração ou de descanso. Simplesmente, estamos ali também para nos conhecermos e apreendermos as diferentes realidades e experiências. Como é natural, numa primeira fase, as pessoas tendem a reunir-se ou sentar-se por grupos linguísticos. Com o passar do tempo, o espaço vai-se alargando e muitos tentam aproveitar esses momentos, especialmente nas refeições, para irem rodando e terem oportunidade de conversar com delegados de diferentes regiões. Assim, o «*convívio*» é basicamente um tempo de conversa mais descontraída sobre a situação dos leigos dominicanos em cada um dos nossos países e regiões, das dificuldades, sucessos, histórias, problemas com outros leigos ou membros da Ordem, o clima religioso e político envolvente, etc., etc. Evidentemente, também se aborda as nossas vidas, o que fazemos, se somos casados, quantos filhos, profissão, costumes locais, etc.

Neste Congresso, apesar de nos grupos de trabalho e na Assembleia se criarem tensões, ou se ouvirem queixas pontuais sobre a organização, a verdade é que todos criaram e participaram alegremente nos momentos livres, nunca se criando qualquer problema pessoal. Pelo contrário, era evidente, e terá sido um ponto forte do Congresso, de um genuíno esforço de proximidade pessoal com todos.

No segundo dia, tivemos um passeio ao centro de Buenos Aires, com visita e eucaristia no principal santuário mariano, que se localiza na Igreja/Convento dos frades dominicanos daquela cidade. Seguiu-se

almoço com muitos leigos dominicanos da cidade e terminou-se com um passeio, de autocarro pelo centro da cidade e uma breve passagem pela principal rua comercial e de animação cultural.

Decorreu também uma noite cultural, onde cada delegado tinha um espaço numa banca, para colocar fotografias, publicações, folhetos, doces, bebidas locais, a sua bandeira, artesanato, enfim, um pouco do seu país e da realidade dos leigos locais.

A municipalidade local ofereceu um espectáculo de danças e cantares do folclore argentino. E na noite seguinte, alguns delegados mais dotados de vocação musical, apresentaram danças e cantares regionais, muitos deles, vestidos com trajes tradicionais, proporcionando um colorido e diversidade digno de um fórum das Nações Unidas....

É através destes momentos que é possível sabermos que em alguns países há experiências inovadoras, como sejam comunidades mistas (2 frades e 3 famílias), vivendo e tendo projectos apostólicos em comum. Ou das dificuldades que é ser simplesmente cristão em regimes repressivos como Cuba. Ou apercebermo-nos da diferença cultural e sociológica, no que a religião diz respeito com a América do Norte, onde, ao contrário da Europa não se coloca a questão da a-religiosidade, ou do anti-cristianismo, mas antes o fundamentalismo.

Ou ainda apercebermo-nos, que relativamente a Portugal, o nosso Directório prevê muitas das situações que tantas e tantas Províncias tem ainda dificuldade em encontrar soluções, servindo por vezes mesmo de modelo; ou que a realidade da Família Dominicana portuguesa é desejada ser repetida em várias partes do mundo. É saber do verdadeiro exemplo dos nossos irmãos leigos de África, nomeadamente nos Camarões, que dirigem centros catequéticos com centenas de crianças e jovens, em nome da Diocese e abrangendo áreas geográficas de centenas de quilómetros. Ou das dificuldades identitárias que uma mãe indiana enfrenta não apenas por ser cristã e católica, mas para mais dominicana, num país onde as duas grandes religiões (hindus e muçulmanos) representam 85% da população e em que os cristãos são vistos ainda como «*inimigos colonialistas*».

E que dizer do Vietname, onde existem mais de 80 mil leigos dominicanos, mas quase não há padres, nem frades nem irmãs, onde os bispos residem habitualmente na ... prisão e todos enfrentam diariamente o perigo da denúncia e da perseguição do regime comunista? E descobrir a vitalidade, frescura e ânimo dos sul-

americanos, na sua luta pelos direitos das imensas minorias, dos indígenas, contra a pobreza, a exploração, em luta pela liberdade e sobretudo em prol da educação do povo?

E mesmo aqui mais perto, nesta Europa descristianizada, em que em tantos locais ser cristão é significado de menoridade intelectual, de superstição e de atraso e ver como grupos de teólogos leigos dominicanos na Holanda trabalham e estudam as novas realidades, traduzem o pensamento teológico e doutrinal em formas inovadoras de pregação; como os países do leste europeu revivem intensamente formas de vida religiosa tradicionais, mas que enfrentam com dificuldades crescentes o confronto com a contemporaneidade e a modernidade; e os leigos dominicanos, nos países de maioria protestante ou ortodoxa, enfrentando as dificuldades de quem não tem meios, nem materiais de formação, mas mantêm viva uma pequena e única chama.

É um mundo muito diverso, mas fascinante e verdadeiramente inspirador, pelas dificuldades, pelos desafios e perigos, mas também pelos êxitos, pela tenacidade, criatividade, pela esperança e pela fé que tantos de nós, leigos dominicanos, demonstram quotidianamente.

h) Final

Após a discussão e votação das diferentes propostas, deu-se por encerrado o Congresso, tendo o Mestre Geral agradecido a todos, e em especial aos membros do ICDLF cessante e ao Fr. Jerry Stookey pelo trabalho desenvolvido nos últimos seis anos. Procedeu à tomada de posse oficial por parte do novo Promotor Geral, Fr. David Kemmler e aos membros do ICDLF.

CONCLUSÃO

Certamente, com a publicação e tradução das Actas do Congresso, estar-se-á em melhores condições de avaliar em concreto as implicações futuras dos resultados deste Congresso. No entanto, e independentemente das conclusões e textos oficiais, entendo pessoalmente que o grande feito do Congresso foi a sua própria realização. Com efeito, tal constituiu o principal sinal de vitalidade, a prova de vida, de renascimento e de esperança, num laicado mais organizado, mais solidário, mais interveniente, dotado dos meios e estruturas necessárias para levar a cabo a sua e nossa missão e

vocação: a pregação. Não se deve deixar de salientar que durante o Congresso e na sua preparação, estiveram envolvidas não apenas as estruturas laicas, mas que se contou igualmente com o apoio fraterno e o incentivo directo do Mestre Geral, do Promotor Geral e dos organismos representativos e estruturas locais da Ordem e da Família Dominicana, que expressamente manifestaram confiança e muito esperam dos leigos dominicanos e das Fraternidades Leigas de São Domingos.

Muito agradeço ao Conselho Provincial Leigo da Província de Portugal a oportunidade que me proporcionou de participar neste evento, que para sempre recordarei e onde muito vivi e aprendi, constituindo uma experiência pessoal, de vivência da fé e partilha fraterna que é insubstituível.

Porto, Maio de 2007

Gabriel Silva, O.P.